

P. Pereira
J. M. P.

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO
JUNTA DE FREGUESIA DO MOSTEIRO**

**ESTUDO PARA DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DOS REQUISITOS PREVISTOS NO N.º 3 DO ARTIGO 115.º
DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO**

Conforme o disposto no n.º 3 do artigo 115.º e no n.º 2 do artigo 122.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os contraentes públicos, no caso o Município das Lajes das Flores e a Freguesia do Mosteiro, devem promover os estudos necessários de modo a que a concretização da transferência de competências assegure a demonstração dos seguintes requisitos:

- a) O não aumento da despesa pública global;
- b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais;
- c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais;
- d) A aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

Acresce, que de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 135, da supracitada Lei, a concretização da delegação de competências deve ser efectuada no respeito pelos princípios da igualdade e da não discriminação.

Decorrendo ainda, do seu articulado a necessidade dos contratos serem aprovados pelos órgãos deliberativos do Município e da Freguesia, sobre proposta dos respectivos órgãos executivos, o que pressupõe obviamente a necessidade de todo o processo ser objecto de negociações entre o delegante e os delegados.

Neste contexto, foi realizado um processo negocial, com vista a acordar quais, as competências objecto de delegação na Junta de Freguesia, de modo que a garantir o cumprimento de todos os pressupostos e princípios, referidos nos parágrafos anteriores.

Desde processo negocial resultou, ter sido acordado transferir para a Junta de Freguesia do Mosteiro as seguintes competências:

1. Manutenção da rede de abastecimento de água para uso pecuário;
2. Reparação e manutenção de diversos parques de retenha de animais;
3. Arranjos de capeados das ruas municipais na freguesia.

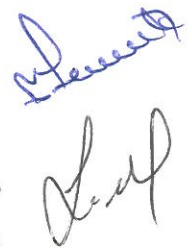
Quanto à determinação dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, foi entendido, pelas partes, que de modo a garantir o cumprimento dos requisitos referidos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei 75.º/2013, de 12 de Setembro, o Município apenas se deveria efectuar a transferência de recursos financeiros.

Na sequência deste acordo, procedeu-se em seguida, à determinação das verbas a transferir, tendo estas sido obtidas de acordo com a seguinte metodologia:

- a. Considerou - se em primeiro lugar as competências delegadas;
- b. Em seguida as áreas abrangidas, a maior ou menor dificuldade do acesso aos locais de realização dos trabalhos e a complexidade destes;
- c. Depois as necessidades em mão-de-obra e materiais para a sua execução;
- d. Por fim considerou-se os custos hora da mão-de-obra apurados na contabilidade do Município, tendo-se levado em linha de conta o nível remuneratório mais baixo da categoria de assistente operacional, sem contar com o RMMG (retribuição mínima mensal garantida), isto é 532,08 euros.

Assim e considerando que a:

Assinado
[Assinatura]

- 
1. Manutenção da rede de abastecimento de água para uso pecuário, apenas precisa de mão-de-obra e que para a sua execução são necessárias em média 4,7 horas semanais;
  2. Reparação e manutenção de diversos parques de retenha de animais, precisa igualmente apenas de mão-de-obra e que para a sua execução são necessárias em média 4,7 horas semanais; e os
  3. Arranjos de capeados das ruas municipais na freguesia, necessitam para além de mão-de-obra (cerca de 2,8 horas semanais em média), de pequenas quantidades de cimento, areia e tinta;

As verbas a transferir e a respectiva distribuição por competência delegada, são as que constam do quadro que se segue:

QUADRO
VERBAS A TRANSFERIR POR COMPETÊNCIA DELEGADA

Competência delegada	Custos da mão-de-obra	Custos de materiais	Verba a transferir
Manutenção da rede de abastecimento de água para uso pecuário	750.00€	750.00 €	1.500,00 €
Reparação e manutenção de diversos parques de retenha de animais	750.00 €	750.00 €	1.500,00 €
Arranjos de capeados das ruas municipais na freguesia	400,00 €	600,00 €	1.000,00 €

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DAS FLORES
E A JUNTA DE FREGUESIA DO MOSTEIRO**

Nota Justificativa

A descentralização administrativa, que visa a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade de serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, concretiza-se através da celebração de acordos de delegação de competências entre os municípios e as juntas de freguesia.

Deste modo e considerando que:

- a) A lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro de 2014, estabelece um novo regime jurídico das autarquias locais e da transferência de competências;
- b) Nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, a Câmara Municipal submete à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização (conforme o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ainda da citada Lei), a celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, onde figurem expressamente as competências delegadas e os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao seu exercício;
- c) Os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 117.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e essa delegação depende de aprovação dos órgãos representativos da freguesia, a qual se consubstancia com observância do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da referida Lei;
- d) Conforme o determinado no artigo 120.º da supracitada Lei, os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias

através da celebração de contratos interadministrativos que abrangem todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das actividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

- e) Os documentos previsionais económicos e orçamentais para o ano de 2014, aprovados em Assembleia Municipal de 6 de Dezembro de 2013 incluem um reforço dos meios financeiros para a área da Coesão Territorial, da descentralização e de cooperação com as Juntas de Freguesia;
- f) A proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal foi aprovada em reunião de 10 de Abril de 2014 e autorizada pela Assembleia Municipal na sessão de 29 de Abril de 2014 ;
- g) A proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, apresentada pela Junta de Freguesia de Mosteiro em reunião realizada em 18 de Abril de 2014, foi aceite e ratificada pelo Plenário de Freguesia em sessão de 30 de Abril de 2014.

É celebrado e aceite sem reservas o presente contrato interadministrativo de delegação de competências entre:

A CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES, representada pelo seu Presidente Luís Carlos Martins Maciel,

E

A JUNTA DE FREGUESIA DO MOSTEIRO, representada pelo seu presidente Maria Isabel Freitas Tenente,

É estabelecido o presente contrato que se rege pelas disposições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira
(Enquadramento legal)

A celebração e execução do presente contrato, rege-se pelo disposto na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e, subsidiariamente, pelo Código dos Contratos Públicos e Código do Procedimento Administrativo

Cláusula Segunda
(Objeto)

1. É delegada na Junta de Freguesia a prática de todos os atos necessários ao exercício das competências descritas na cláusula quinta do presente contrato.
2. À Junta de Freguesia passa a caber a responsabilidade e a prossecução das atividades abrangidas nas áreas de atuação delegadas.

Cláusula Terceira
(Poder de Avocação)

O disposto em qualquer das cláusulas do presente contrato, não prejudica o exercício do poder de avocação da competência delegada, nos termos do disposto no número 2, do artigo 39º, do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo).

Cláusula Quarta
(Deveres da Junta de Freguesia)

1. Organizar e manter em pleno funcionamento os serviços e atribuições que lhe são delegadas.
2. Cumprir integralmente as competências objeto de delegação no presente contrato.
3. Respeitar toda a legislação em vigor, bem como os regulamentos municipais quando aplicáveis.
4. O cumprimento integral das disposições previstas nas cláusulas nona e décima do presente contrato.

Cláusula Quinta
(Competências Delegadas)

1. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia concretizam a delegação de competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações.
2. A natureza e o tipo de competências delegadas obedecem a princípios de intangibilidade das atribuições municipais, de prossecução do interesse público, de continuidade da prestação do serviço público e de necessidade e suficiência de recursos.
3. São delegadas na Junta de Freguesia as seguintes competências materiais e funcionais:
  - a) Manutenção da rede de abastecimento de água para uso pecuário;
  - b) Reparação manutenção de diversos parques de retenha de animais;
  - c) Arranjos de capeados das ruas municipais na freguesia.

Cláusula Sexta
(Recursos Financeiros)

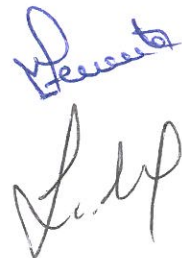
1. A Câmara Municipal transfere para a Junta de Freguesia para financiamento das competências delegadas o montante de 4.000,00€ (quatro mil euros).
2. As receitas, que eventualmente venham a ser obtidas, relativas às atribuições delegadas, constituem receita da Junta de Freguesia.

Cláusula Sétima
(Forma de Pagamento)

A transferência da verba referida no número 1 da cláusula anterior, será processada por duodécimos até ao final de cada mês, sendo os meses de janeiro, fevereiro e março de 2014 processados em simultâneo.

Cláusula Oitava
(Despesas Elegíveis)

1. Considera-se despesa elegível, a despesa efetivamente paga, perfeitamente identificada e claramente associada à concretização de uma operação, cuja natureza e data de realização respeitem o estipulado no presente contrato.
2. Para efeitos de justificação da aplicação das verbas transferidas, serão consideradas elegíveis as despesas decorrentes da realização das competências delegadas descritas na cláusula quinta.



Cláusula Nona
(Assistência Técnica)

Para cumprimento das competências que são delegadas, a Junta de Freguesia poderá solicitar à Câmara Municipal a prestação de assistência técnica sempre que não disponha para efeito dos recursos necessários.

Cláusula Décima
(Relatórios de Execução)

1. A Junta de Freguesia compromete-se a enviar quadrimestralmente à Câmara Municipal, relatório completo de execução das correspondentes atividades desenvolvidas.
2. O relatório do 1º quadrimestre deverá ser remetido até 31 de maio, o relatório do 2º quadrimestre até 30 de setembro e o relatório do 3º quadrimestre até 31 janeiro de cada ano.
3. O relatório a apresentar deverá conter as seguintes informações:
  - a) Descrição e identificação das ações desenvolvidas.
  - b) Quantificação dos valores aplicados nas referidas ações.
4. Com a não conformidade dos elementos solicitados no relatório que impeçam uma leitura clara dos objetivos pretendidos com o presente contrato, a Câmara Municipal das Lajes das Flores reserva-se o direito de solicitar informação complementar a fim de colmatar as dúvidas suscitadas.
5. A Câmara Municipal das Lajes das Flores reserva-se o direito de sempre e quando achar conveniente solicitar a apresentação dos documentos comprovativos de despesa das referidas ações.

Cláusula Décima Primeira
(Vigência do Contrato)

1. O presente contrato vigorará pelo período de duração do mandato do órgão deliberativo do município.
2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes públicos não determina a caducidade de contrato.
3. Os contraentes podem revogar o contrato por mútuo acordo.

4. Quando a resolução for da iniciativa da Junta de freguesia esta obriga-se a garantir as obrigações assumidas respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal.

5. A cessação do contrato não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

Cláusula Décima Segunda
(Resolução por Incumprimento)

1. Os contraentes públicos podem unilateralmente resolver o contrato por incumprimento da contraparte.
2. São motivos de resolução do contrato o não cumprimento do disposto nas cláusulas quarta, sétima e nona do presente contrato.
3. O contrato pode ainda ser resolvido por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

Cláusula Décima Terceira
(Duvidas e omissões)

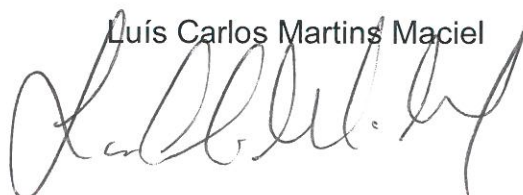
1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente contrato bem como as omissões que se torne necessário suprir, serão resolvidos por entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.
2. Em caso de desacordo quanto à interpretação a dar ou à forma de colmatar a omissão, competirá à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar a interpretação ou aprovar cláusula que suprima a lacuna.

Cláusula Décima Quarta
(Consulta do Contrato)

Nos termos do disposto no nº 2º do artigo 130º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o contrato estará disponível para consulta na página do município.

Lajes das Flores, 02 de Junho de 2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

Luís Carlos Martins Maciel


Freitas

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO MOSTEIRO

Freitas

Maria Isabel Freitas Tenente



Freguesia do Mosteiro

ATA Nº 23

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e Catorze reunia em reunião ordinária estando presente na sede de freguesia o plenário de cidadãos eleitores no nº de 6, a presidente de freguesia Isabel Tenente, a secretaria Conceição Gonçalves e a tesoureira Fátima Ramos, o presidente do plenário Arménio Tavares, 1ª secretário Robin Vieira e a 2ª secretaria Goreti Martins.

Aberta a sessão quando eram Vinte horas.

Ordem do dia:

- Aprovação do Relatório de gerência de 2013; Execução Anual do plano Plurianual de Atividades; Fluxos de caixa; Mapa de Controlo Orçamental (despesa); Mapa de Controlo Orçamental de Receita; Execução Anual do plano Plurianual de investimentos; Guia de Remessa; Relação Nominal de responsáveis; Caracterização da entidade.

Depois de analisado e discutido foi aprovado por unanimidade.

- Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências.

A presidente disse que as delegações de competência tinham sido aprovadas em Janeiro de 2014, entretanto foi informada de que a Câmara começou a receber pareceres, nomeadamente da Associação Nacional de Municípios devido a inspeções realizadas a outras câmaras, de que as delegações de competência estariam mal elaboradas não especificamente na Câmara das Lajes das Flores mas como o processo da atribuição das delegações de competência foi feito com base em processos anteriores e que de acordo com a nova lei 73/2012 (regime financeiro das autarquias) deixam de estar em concordância e por esse motivo procederam à redação de novos contratos interadministrativos mantendo os mesmos valores anteriormente atribuídos. O pretendido com esses contratos é regularizar a

situação do ponto de vista legal e jurídico substituindo os antigos protocolos.

Assim sendo foi proposto revogar os protocolos celebrados anteriormente e substituí-los pelos presentes contratos.

Depois de discutido foi aprovado por unanimidade.

Sem mais haver a tratar a presidente de freguesia deu por encerrada a reunião quando eram vinte e duas horas da qual se lavraria a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser por todos assinada e por mim secretária de freguesia que a redigi e subscrevi.

Maria da Conceição Gonçalves
Leonor Amorim

Rosário Viciosa

Maria do Espírito Santo Martins